

O fim da guerra civil e o experimento democrático no Nepal

Ricardo dos Santos Poletto

Foram anos de paralisia sob a nuvem de um aparente insolúvel conflito civil. As causas da “guerra popular” - como os maoístas preferem chamá-la - revelavam a profunda transformação de raiz sócio-política no Nepal dos últimos anos. Desde a disseminação de valores democráticos à erosão das bases de legitimação da monarquia. Os encontros entre o governo e os maoístas culminaram na assinatura de um acordo de paz em novembro, que prevê a formação gradual de uma democracia que contemple um variado espectro de interesses políticos. Para esse acordo que resultou de laborioso esforço, a participação das Nações Unidas representou toque fundamental, de forma a garantir o cumprimento das partes, a reforçar a preocupação da comunidade internacional com conflitos no mundo em desenvolvimento e a preparar a integração do Nepal em seus primeiros passos pós-guerra civil.

Tropas oficiais e o exército rebelde se empenharam em um confronto com terríveis consequências civis. A contabilidade de dez anos entrecortados por sensíveis acordos de cessar-fogo e pela instabilidade dos humores do monarca é de, pelo menos, treze mil vítimas. Não sem razão, a notícia do fim da guerra foi recebida com festa pela população, ainda ignorante dos detalhes das conversas entre o primeiro-ministro Koirala e o maoísta Prachanda. O abandono do status de guerrilha por parte dos maoístas era um objetivo de primeira ordem. Desde abril, quando se iniciou o processo de negociação, os resultados das conversações com os líderes rebeldes foram marcados por grande expectativa, especialmente em um contexto de conturbado enfrentamento contra o instituto monárquico e os propósitos políticos de Gyanendra.

A gradual retomada por parte do parlamento sobre funções políticas essenciais do país em detrimento do poder real foi crucial para a evolução dos contatos. A declaração do feriado da histórica quarta-feira de 21 de novembro de 2006 recebeu a saudação dos locais e contou com o entusiasmo das manchetes, que não economizaram expressões como “nova era” e “construção de um novo Nepal”. Segundo Prachanda, mentor do movimento rebelde, o acordo redesenhava a política do Nepal após 238 anos de regime feudal no país, um dos últimos a abandonar um sistema absolutista de governo com fundamento religioso.

Permanece a pergunta sobre se a construção dos novos rumos do Nepal deve ser feita sobre os escombros da guerra civil sem refletir o passado e punir abusos ou se o novo Nepal deve anistiar culpados em prol da promoção de um novo ambiente de consenso. Muitos países

passaram por isso em suas transições para a democracia após anos de regimes de exceção e de desrespeito aos direitos civis; as fórmulas de transição variam, mas levam em conta o contexto de fragilidade institucional e jurídica para levar a cabo julgamentos do passado. O que inquieta muitos nepaleses de forma natural é a construção de uma “paz sem justiça”. Esse é o alerta levantado pelo Human Rights Watch cuja atuação tem dado destaque ao conturbado cenário nepalês, que oferece profícuo terreno de investigação de abusos de direitos humanos.

Cinco dias de intensa negociação entre as partes do conflito sobre desarmamento foram seguidas por um acordo depois submetido pelo especialista internacional encarregado pelas Nações Unidas. O documento prevê a criação de campos de confinamento de tropas rebeldes sob supervisão de um comitê com a participação de membros do governo, do movimento maoísta e de representantes das Nações Unidas. Além disso, os armamentos dos grupos rebeldes deverão ser depositados em contêineres em poder do organismo internacional.

A condução dos compromissos de desarmamento das tropas insurgentes constitui o maior desafio dos observadores das Nações Unidas, cuja consecução é essencial para o sucesso dos termos de paz em longo prazo. A presença das Nações Unidas se fará ainda mais fundamental durante o processo eleitoral em 2007, quando os nepaleses elegerão um novo governo e poderão ou não confirmar a vitória política dos até então insurgentes. É necessário, nesse sentido, moldar um ambiente pacífico para expressão legítima das vontades políticas, uma vez que a presença maoísta em regiões do Nepal pode representar fonte de cooptação como fora comum durante as greves e boicotes forçados a eleições durante os anos de guerra civil.

O caso nepalês merece destaque na medida em que pode estabelecer um marco para as práticas de resolução de conflitos. O Nepal, que parecia não apresentar perspectivas de superação da crise pela via pacífica, conduziu o acordo de paz em um período de tempo reduzido por meio de uma fórmula consensual de governo interino para transição democrática. Talvez o Nepal tenha muito a ensinar ao leste asiático com sua recente experiência. Sri Lanka, Bangladesh, Índia, entre outros oferecem campo de inquietação sócio-política de base minimamente semelhante.

Com efeito, as reais intenções dos maoístas em substituir a revolução pela via democrática – sejam quais forem os resultados – são dados decisivos para o futuro do Nepal. Os olhos se voltam, então, para o governo interino que conta com a participação de líderes maoístas. Doravante, o crucial passo se dará junho de 2007, quando ocorrerão as eleições da Assembleia Constituinte, quando o mundo saberá se o futuro do Nepal pode ser tão promissor quanto sua centenária história de luta e isolamento.